

## Projeto LexML Brasil – Identificadores

### URN para Normas, Julgados e Projetos de Norma

Versão 0.6 (maio/2008)

Fernando Ciciliati (Senado/Interlegis – fernandociciliati@interlegis.gov.br)

João Alberto de Oliveira Lima (Senado/PRODASEN – joaolima@senado.gov.br)

Projeto LexML Brasil – Identificadores .....	1
1. Introdução .....	3
1.1. Objetivo do nome uniforme de recurso .....	4
1.2. Associação do nome uniforme ao documento .....	4
1.3. Utilização do nome uniforme nas referências.....	4
2. Características gerais do sistema de identificação e referência a documentos.....	5
3. Sintaxe utilizada neste documento .....	5
4. Espaço de nomes (namespace) .....	6
4.1. Internacionalização do espaço de nomes "lex" .....	6
5. Sintaxe geral do nome-específico brasileiro (NSS-lex-br).....	7
5.1. Caracteres permitidos e proibidos.....	7
5.2. Caracteres reservados .....	7
5.3. Caracteres maiúsculos e minúsculos.....	8
5.4. Caracteres nacionais e sinais diacríticos .....	8
5.5. Substituição de espaços, conectivos e pontuação .....	8
5.6. Expansão das abreviações.....	9
5.7. Expansão das siglas .....	9
5.8. Formato da data .....	9
5.9. Tratamento de datas múltiplas e período .....	9
5.10. Elementos e números ordinais .....	10
6. Construção do nome-específico (NSS-lex-br).....	10
6.1. Princípios-base do nome uniforme (URN) .....	10
6.2. Estrutura do elemento de jurisdição <local> .....	10
6.3. Estrutura do nome-específico <NSS-lex-br>.....	11
6.4. Estrutura do elemento <documento>.....	11
6.5. Nomes alternativos (alias) .....	12
6.6. Nomes relacionados.....	12
7. Elemento <autoridade> .....	12
7.1. Indicação da autoridade .....	12
7.2. Pluralidade dos sujeitos .....	13
7.3. Modalidade de indicação do sujeito.....	13
7.4. Indicação do órgão.....	13
7.5. Indicação da função .....	14

7.6.	Convenções para a autoridade .....	14
8.	Elemento <tipo-documento> .....	14
8.1.	Critérios para a indicação do tipo do documento.....	15
8.2.	Especificação adicional do tipo de norma .....	15
8.3.	Relações entre norma e autoridade nos alias .....	15
9.	Elemento <descriptor> .....	16
9.1.	Indicação do descriptor.....	16
9.2.	Atos não numerados.....	17
9.3.	Identificadores .....	17
9.4.	Indicação do numero de identificação do ato .....	18
9.5.	Esclarecimentos sobre os números de identificação do ato .....	18
9.6.	Identificador de componentes de um documento .....	19
9.7.	Anexos dependente funcionais e formais .....	19
9.8.	Identificação do anexo .....	20
9.9.	Anexos de anexos. ....	20
9.10.	Nome uniforme da publicação oficial.....	20
10.	Elemento <fragmento> .....	21
10.1.	Fragmento da publicação oficial.....	21
11.	Elemento <versao> e <visao> .....	21
11.1.	As versões e visões de um texto normativo .....	21
11.2.	Identificação da versão e da visão .....	23
11.3.	Identificação de documentos multiversão e multivisão .....	24
12.	Elemento <forma>.....	25
13.	Referências .....	25
13.1.	Características das referências .....	25
13.2.	Os namespaces base e estendido.....	26
13.3.	A estrutura dos nomes do espaço estendido .....	26
13.4.	Remissões estáticas e dinâmicas.....	26
13.5.	Indicação de propriedades do documento.....	27
13.6.	Indicação da versão nas referências.....	27
14.	Procedimento para o registro dos nomes .....	28
14.1.	O Comitê central para a atribuição de nomes .....	28
14.2.	Atribuição dos nomes e inserção no registro .....	29
14.3.	Organização da base do registro .....	29
15.	Agradecimentos .....	29
16.	Dados de contato dos autores .....	30
17.	Referências .....	30
17.1.	Bibliográficas.....	30
18.	Anexo A – Resumo da sintaxe dos nomes uniformes do espaço "lex-br" .....	31

## 1. Introdução

Os nomes uniformes de recursos - *Uniform Resource Names* (URNs) – foram concebidos para fornecer identificadores unívocos e persistentes para recursos publicados na Internet, independentemente da sua localização na rede.

Com este documento define-se a identificação de normas, julgados e projetos de normas por meio de um nome uniforme para o ordenamento jurídico brasileiro. Tal nome será utilizado como instrumento para representar as referências (e, mais genericamente, quaisquer tipos de relações) entre os atos, com a finalidade de tornar disponível um ambiente hipertextual global sobre os recursos de informação, operacional em um ambiente distribuído.

Em especial, este documento descreve as regras para a atribuição de nomes uniformes e delinea os critérios principais dos serviços de resolução, capazes de associar a um nome uniforme à localização do documento correspondente na rede.

Nos documentos jurídicos são muito freqüentes e extremamente importantes as referências a outras normas; portanto, a possibilidade de poder consultar imediatamente o documento referenciado constitui-se em um auxílio de grande relevância, e às vezes, indispensável, para a plena compreensão do texto.

Os links hipertextuais da web certamente respondem a essa necessidade, mas mostram-se inadequados a um emprego em larga escala para referenciar documentos normativos e legislativos pois a referência ao recurso relacionado se baseia, na maioria das vezes, sobre sua localização física, expressa de modo uniforme por meio de um URL (*Uniform Resource Locator*), que apresenta problemas já amplamente conhecidos, quais sejam:

- a dificuldade de se conhecer a localização do recurso citado;
- com o passar do tempo, a perda de validade dos links (URL) nas referências;
- a impossibilidade de referenciar recursos ainda não publicados;

que tornam assim a rede de links entre documentos extremamente limitada com relação às suas potencialidades e cada vez menos confiável com o passar do tempo.

Para remediar tais inconvenientes, utiliza-se um sistema de referências baseado na atribuição a cada documento jurídico de um nome uniforme (URN: *Uniform Resource Name*), ou identificador unívoco, e num método de resolução (RDS: *Resolver Discovery Service*) capazes de encontrar o objeto correspondente.

As ferramentas apontadas estão de acordo àquelas definidas pela IETF (*Internet Engineering Task Force*), em grupo de trabalho específico (*URN Working Group*), e descritas em vários documentos - dos padrões oficiais (*RFC: Request For Comments*) aos drafts - aos quais é, e deverá ser, garantido o alinhamento também no futuro.

### **1.1. Objetivo do nome uniforme de recurso**

A atribuição de um nome uniforme tem como objetivo associar a cada documento jurídico, legislativo ou parte deles um identificador unívoco, em um formato padronizado, que dependa apenas das características do próprio documento (metadados) e que, por isso, seja independente da disponibilidade em rede, da sua localização física e das modalidades de acesso.

Tal identificador é utilizado como instrumento para representar as referências - e mais genericamente qualquer tipo de relação - entre os documentos.

O seu emprego facilita, em um ambiente de rede com recursos (documentos) distribuídos entre diversas fontes eletrônicas de informação, a construção de um hipertexto global entre os documentos jurídicos, legislativos e de bases de conhecimento contendo as relações ocorrentes entre os mesmos.

### **1.2. Associação do nome uniforme ao documento**

A associação do nome uniforme ao documento se dá por meio de uma meta-informação, que pode ser:

- inserida no interior do próprio documento: é a solução natural a ser aplicada com a adoção do formato XML, mas é factível também em HTML (por meio da *tag* META);
- externa ao documento, mas estreitamente relacionada a este, de diversos modos: mesmo nome do arquivo e extensão predefinida, link hipertextual particular, atributo específico no banco de dados, etc.

Tais modalidades são fortemente recomendadas no que se refere à implementação e a atualização automática dos catálogos (distribuídos ou centralizados) necessários ao processo de resolução, que contêm, para todo documento, o nome uniforme e a relativa localização física.

Em perspectiva, deve-se tender à atualização automática, evitando-se a atualização manual dos catálogos, por causa do esforço necessário à sua manutenção e da intrínseca perda de validade com o tempo.

Em tais catálogos podem estar presentes também outras informações, como: descritores (ementa, título, assunto, publicação, etc.), relacionamentos, vigência e outras, que sem dúvida enriquecem a resposta do sistema.

Em todo caso, qualquer que seja a solução adotada pela fonte eletrônica de informação, as ferramentas de software implementadas devem estar preparadas para consentir acesso ao documento por meio do seu nome uniforme.

### **1.3. Utilização do nome uniforme nas referências**

O nome uniforme será utilizado em larga escala nas referências como valor do atributo HREF do link hipertextual com o documento referenciado.

Tal vínculo pode ser realizado de duas maneiras:

- inserindo-se manualmente, no texto do documento referenciador, o link com o nome uniforme: operação onerosa sobretudo para os documentos já publicados em rede;
- construindo-se automaticamente (de maneira permanente ou provisória) o link com o nome uniforme, por meio de analisadores (*parser*) das referências no interior do texto: operação mais econômica mas sujeita a um certo percentual de imprecisão e incompletude.

As referências não são de fato sempre formalmente corretas e completas, e devem por isso ser complementadas pelo operador ou interpretadas pelo usuário. Dessa forma, tais soluções poderiam ser aceitáveis para os documentos já publicados.

Em todo caso e qualquer que seja a maneira adotada, os documentos de nova produção em formato XML devem, em conformidade com o XML Schema, exprimir as referências mediante o nome uniforme do documento referenciado.

## ***2. Características gerais do sistema de identificação e referência a documentos***

O sistema de referenciamento baseado em nomes uniformes deve prever:

- um esquema de atribuição dos nomes capaz de representar de maneira unívoca qualquer documento normativo, emitido por qualquer autoridade a qualquer tempo (passado, presente e futuro);
- um mecanismo para a resolução – preferencialmente, de forma distribuída - de um nome uniforme para a localização dos recursos correspondentes na rede.

O presente documento trata em detalhes apenas o primeiro dos requisitos indicados, isto é, a definição do esquema de atribuição dos nomes uniformes. Um outro documento do LexML trata da arquitetura do serviço de resolução e do respectivo software.

## ***3. Sintaxe utilizada neste documento***

No presente documento foi utilizada a sintaxe típica de muitos RFCs da Internet, baseada na meta-linguagem BNF (Backus-Naur Form), e em particular aquela do documento RFC 2141 "URN Syntax" [1].

As suas principais características são:

- os elementos são contidos entre os sinais de menor e maior (" $<$ " e " $>$ ");
- um elemento é separado da sua especificação com a string ":: $=$ ";
- os elementos em alternativa são separados por uma barra vertical (" $|$ ");
- as strings de caracteres são contidas entre aspas (" $''$ ");

- as partes opcionais são contidas entre colchetes ("[" e "]");
- um grupo de elementos é contido entre parênteses "(" e ")";
- uma expressão que precede um elemento, ou um grupo de elementos, indica um fator de repetição, com os seguintes formatos:
- `<n>` : `<n>` vezes;
- `<n>*` : `<n>` ou mais vezes;
- `*` : zero ou mais vezes.

#### 4. Espaço de nomes (namespace)

O documento RFC 2141 "URN Syntax" (RFC 2141) define a sintaxe geral de um nome uniforme, que deve ter a forma:

```
<URN> ::= "urn:" <NID> ":" <NSS>
```

onde `<NID>` é o identificador do Espaço de nomes (namespace) e `<NSS>` é um nome-específico qualquer pertencente ao Espaço precedente.

O Espaço de nomes identifica o contexto no qual estes são válidos e significativos. Para os documentos jurídicos se define o Espaço de nomes uniformes com o identificador "lex":

```
<NID> ::= "lex"
```

e assim as URNs relativas têm a forma:

```
<URN> ::= "urn:lex:" <NSS-lex>
```

##### 4.1. Internacionalização do espaço de nomes "lex"

A fim de permitir a adoção do Espaço de nomes "lex" em nível internacional, respeitando-se a autonomia e as especificidades de cada país, foi definido o elemento-base `<local>`, colocado dessa forma na URN:

```
<NSS-lex> ::= <local> ":" <NSS-lex-local>
```

Esse elemento, que deve ser composto pelo menos pelo código IETF do país ou da super-região ("eu", no caso da União Européia), podendo ainda, a critério de cada país, ser subdividido de forma hierárquica de modo a contemplar o mapeamento de regiões, estados, municípios ou de outras unidades político-administrativas inerentes à sua organização. Em resumo:

```
<local> ::= <codigo-pais> *[";" <detalhamento-local>]
<codigo-pais> ::= 2<minúscula>
```

O código IETF para o Brasil é a string "br", e assim as URNs de documentos brasileiros têm a forma:

```
<URN> ::= "urn:lex:br:" <NSS-lex-br>
```

Para o Brasil, definiu-se ainda que o elemento `<local>` possui uma estrutura hierárquica que reflete a jurisdição da norma ou da autoridade, desdobrando-se, quando

necessário, em unidades da federação e em municípios. A forma de composição desse elemento será vista adiante.

Apesar da forma do elemento <NSS-lex-local> ser de livre definição pelo país usuário do espaço de nomes, optamos por utilizar para o <NSS-lex-br> um esquema similar ao modelo italiano do projeto NIR, aproveitando-se da sua experiência e de conceitos já desenvolvidos, testados e estabelecidos.

## 5. *Sintaxe geral do nome-específico brasileiro (NSS-lex-br)*

### 5.1. Caracteres permitidos e proibidos

São definidos de acordo com o RFC 2141 "URN Syntax" [1]; em especial figuram como não admitidos, além de uma série de caracteres especiais, todos aqueles nacionais (código ASCII superior ao 127), que devem ser convertidos na sequência de escape ("%<hex><hex>") correspondente.

Por razões de várias naturezas, ilustradas a seguir, no nome-específico (NSS-lex) do namespace "lex" é permitido apenas este subconjunto de caracteres:

```
<NSS-lex-br> ::= 1*<aceitos-lex>
<aceitos-lex> ::= <normal> | <outro> | <reservado>
<normal>      ::= <minúscula> | <numeral> | "."
<minúscula>   ::= "a" | "b" | "c" | "d" | "e" | "f" | "g" | "h" | "i" |
                  "j" | "k" | "l" | "m" | "n" | "o" | "p" | "q" | "r" |
                  "s" | "t" | "u" | "v" | "w" | "x" | "y" | "z"
<numeral>     ::= "0" | "1" | "2" | "3" | "4" | "5" | "6" | "7" | "8" | "9"
<outro>       ::= "(" | ")" | "=" | "-" | "_" | "'"
<reservado>   ::= "#" | ":" | "@" | ";" | "," | "+" | "*" | "$" | "!"
```

Os outros caracteres são ou eliminados ou convertidos.

A sintaxe completa dos nomes uniformes do Espaço "lex" é descrita no Anexo A.

### 5.2. Caracteres reservados

São os caracteres que têm um significado especial geral na formação das URI (Uniform Resource Identifier)[2] ou particular na formação de nomes específicos no Espaço "lex", e portanto devem ser empregados sempre e apenas para o escopo definido.

Pertencem à primeira categoria os caracteres:

"% "    "/"    "?"    "#"

que conservam o significado típico das URLs.

Em particular, pode ser utilizado em conjunto com os nomes o caractere "#" para indicar um "fragmento" do documento, por exemplo, para sinalizar uma partição interna da norma, de modo a identificar de maneira pontual a parte referenciada. Tal fragmento

tem uma função unicamente local e cabe ao *browser* posicionar na tela a página ao ponto indicado (âncora).

Por sua vez, são reservados no nome-específico do Espaço "lex" os caracteres:

- ":" separador dos elementos principais do nome;
- ";" para marcar a introdução de uma especificidade ou de um nível hierarquicamente inferior do elemento precedente;
- "@" separador de versão;
- "!" separador de visão;
- "~" separador para indicar a forma da expressão (ex: texto, imagem etc.);
- "+" conector entre dois itens para indicar intervalo;
- "," separador de múltiplas ocorrências de valores para um mesmo elemento principal, ao mesmo nível de especificidade (ex.: numeração e autoridade múltipla); é também utilizado para separar o identificador de componente do título do componente (ex: anexo1, tratado.cooperacao.amazonica )
- "\$" separador de propriedade do documento utilizando apenas nas referências.

### 5.3. Caracteres maiúsculos e minúsculos

O nome-específico <NSS> da URN, como as URLs, é sensível à grafia maiúscula ou minúscula.

A resolução dos nomes pertencentes ao Espaço "lex" deve ser independente da grafia, mas, para desfrutar plenamente das possibilidades de *caching* (memorização temporária para acesso rápido) de recursos, o nome-específico é construído sempre em caracteres minúsculos.

(ex.: "Ministério" será representado como "ministerio")

### 5.4. Caracteres nacionais e sinais diacríticos

Mesmo sendo possível representar os caracteres nacionais e os sinais diacríticos por meio de uma seqüência de escape ("%<hex> <hex>"), por razões de simplicidade de gestão e de comunicação são excluídos do Espaço "lex" e portanto devem ser convertidos aos caracteres base.

(ex.: "saúde" será representada como "saude")

### 5.5. Substituição de espaços, conectivos e pontuação

Na construção do nome-específico são eliminados da sentença correspondente todos os conectivos linguísticos (artigos, preposições simples e com artigos, conjunções, etc.), a pontuação e os caracteres especiais como apóstrofe, hifens, aspas, etc.

As palavras significativas restantes são ligadas entre si por um ponto (".") em substituição ao espaço.



(ex.: "Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão" será representado como "ministerio.planejamento.orcamento.gestao")

## 5.6. Expansão das abreviações

No nome-específico os nominativos são representados por extenso e portanto deve-se expandir as abreviações de quaisquer tipos presentes na indicação das instituições (ex.: Min.), das estruturas (ex.: Gov.) ou das normas (ex.: circ.).

(ex.: "Min." é representado como "ministerio")

## 5.7. Expansão das siglas

Para evitar possíveis homônimos provocados pelo uso de siglas na indicação das instituições, das estruturas ou das normas, no nome-específico essas devem ser explicitadas com as correspondentes formas extensas.

(ex.: "SRF" é representada por "secretaria.receita.federal")

## 5.8. Formato da data

Para tornar o nome uniforme mais facilmente ordenável cronologicamente e mais legível aos operadores, as datas são representadas sempre em forma numérica e no formato:

```
<data> ::= <ano> "-" <mes> "-" <dia>
<ano>   ::= 4<numeral>
<mes>   ::= 2<numeral>
<dia>   ::= 2<numeral>
```

(ex.: "2 de setembro de 99" é representado por "1999-09-02")

## 5.9. Tratamento de datas múltiplas e período

Alguns atos, mesmo sendo únicos, são identificados por mais de uma data; nesse caso no campo <datas> se relacionam todas as datas presentes, segundo a estrutura:

Caso seja necessário especificar um período entre duas datas, utiliza-se o conector "+" para indicar período.

Algumas instituições costumam identificar os documentos por meio de um período de referência (ex.: número da legislatura) em vez de uma data (ex.: data de apresentação), muito menos significativa e nunca utilizada nas referências. Nesses casos, o componente <periodo> é utilizado em substituição ao componente <datas>.

Dessa forma, o elemento <datas> possui a seguinte definição:

```
<datas> ::= <data> ( *["," <data>] | ["+" <data>] )
          | <periodo>
```

(ex.: "1999-03-02,1999-04-15,2000-08-01",

"1999-03-02+2000-08-01" e

"14.legislatura")

## 5.10. Elementos e números ordinais

Na construção do nome-específico os eventuais números ordinais presentes nos elementos (ex.: na descrição do Órgão) são sempre representados por algarismos arábicos, independentemente da grafia que assumam: número romano, alíneas, adjetivo, número arábico com ápice, etc. (IV, alínea b, terceiro, 1º, 2º, etc.).

(ex.: "TRT da 10ª Região" seria "tribunal.regional.trabalho.10.regiao")

## 6. Construção do nome-específico (NSS-lex-br)

### 6.1. Princípios-base do nome uniforme (URN)

O nome uniforme deve ser unívoco, isto é, deve identificar uma e apenas uma entidade, e é construído de modo a ser, o tanto quanto possível:

- auto-explicativo para os usuários;
- dedutível por meio de regras simples e claras;
- compatível com a prática em uso para as referências;
- reduzido ao essencial, para simplificar os links com outros documentos;
- construtível automaticamente por analisadores das referências no texto;
- representativo dos aspectos tanto formais quanto substanciais do documento;
- em conformidade, à data de sua emissão, com a estrutura/organização da autoridade emitente e com a tipologia do documento;
- de acordo com a definição da estrutura relativa à classe dos documentos da categoria;
- alinhado constantemente aos demais padrões do projeto.

### 6.2. Estrutura do elemento de jurisdição <local>

O elemento <local> para as URNs brasileiras tem a seguinte estrutura:

```
<local> ::= "br" [ ";" <unidade-federacao> [ ";" <municipio> ] ]
<unidade-federacao> ::= 1*(<minuscula> | ".")
<municipio> ::= 1*(<minuscula> | ".")
```

portanto, <unidade-federacao> é o nome da unidade da federação, e <municipio> é o nome do município, ambos em minúsculas, sem abreviaturas, conectivos, sinais de pontuação ou espaços.

Exemplos de valores para o elemento <local>:

Jurisdição:	Representação:
-----	-----
Brasil	br
Estado de Mato Grosso	br;mato.grosso

Pindamonhangaba-SP	br;sao.paulo;pindamonhangaba
João Pessoa-PB	br;paraiba;joao.pessoa
Estado de São Paulo	br;sao.paulo
Distrito Federal	br;distrito.federal
São Paulo-SP	br;sao.paulo;sao.paulo
São João do Meriti-RJ	br;rio.janeiro;sao.joao.meriti

### 6.3. Estrutura do nome-específico <NSS-lex-br>

O nome-específico <NSS-lex-br> deve conter informações adequadas a identificar univocamente as entidades referentes aos documentos jurídicos e legislativos, as quais são essencialmente: a autoridade emissora, o tipo de provimento e o código de identificação (números, datas, etc.) além de atributos específicos para identificar uma versão específica do documento quando necessário.

Considerando o Modelo de Referência do Projeto LexML Brasil, são três os tipos de entidades que podem ser endereçadas por uma URN:

- Documento Individual (F14 Individual Work) – representa o conteúdo abstrato (matéria) de uma versão de um documento. Quando um Documento Individual é base para derivação de um outro Documento Individual (como no caso da publicação), ambas instâncias passam a ser membros de um Documento Complexo. Cada instância de Documento Individual possui uma expressão autocontida relacionada (F22 Self Contained Expression).
- Documento Complexo (F15 Work Complex) – representa o mais alto nível de abstração do modelo e referencia o conteúdo do documento (matéria) no tempo, não se preocupando em especificar detalhes de versão, visão ou forma de expressão. Normalmente é esta a entidade referenciada pelas normas alteradoras ou pelo usuário quando da recuperação de informações sobre uma norma.

No nosso ordenamento jurídico, normalmente o conteúdo normativo se expressa como um texto na língua portuguesa, no entanto, em alguns casos, pode haver variação tanto na língua utilizada quanto na forma de expressão (ex: mapas, figuras, etc).

Portanto, a estrutura do nome-específico de cada entidade é representada por:

```
<NSS-lex-br> ::= <NSS-lex-br-DocComplexo>
                | <NSS-lex-br-DocIndividual>
<NSS-lex-br-DocComplexo> ::= <documento>
<NSS-lex-br-DocIndividual> ::= <documento>
                                "@" <versao> "!" <visao> "~" <forma>
```

### 6.4. Estrutura do elemento <documento>

A estrutura do identificador do documento ou parte dele é composta por quatro elementos fundamentais, claramente distintos entre si e de acordo com uma ordem que identifica domínios e competências sempre mais restritas:

```
<documento> ::= <autoridade> ":" <tipo-documento>
```

":" <descriptor> [ ":" <fragmento> ]

Os elementos principais do nome uniforme são geralmente articulados em diversos componentes elementares, para os quais são fixadas regras de representação (critérios, modalidade, sintaxe e ordem).

O elemento <fragmento> deverá ser utilizado apenas quando se faz necessário identificar uma partição interna de um documento normativo. Este elemento não concorre com o indicador de fragmento ( “#” ) que é utilizado após o nome uniforme para posicionar uma parte do documento na tela do usuário.

O elemento <fragmento> só poderá ser codificado no nível de Documento Complexo (“F15 Complex Work”) quando se tratar de referência, não sendo possível codificá-lo para definir a sua identidade, tendo em vista que um Documento Complexo, por ser um conjunto de Documentos Individuais, não possui fragmento. No caso da referência é permitido pois ela será convertida para uma referência no nível de expressão (forma de um documento individual) quando do processo de resolução da URN.

## **6.5. Nomes alternativos (alias)**

A um mesmo documento podem ser atribuídos diversos nomes uniformes, a fim de favorecer a ligação – por referenciamento e por pesquisa - com outros documentos. Esta facilidade pode ser utilizada para aqueles documentos que, devido à sua individualidade, acabam sendo referenciados na prática sob ângulos visuais diversos, como por exemplo a forma de promulgação e o conteúdo específico. É muito comum, por exemplo, a referência de normas utilizando apelidos, tais como ‘Código Civil’, ‘Código de Defesa do Consumidor’, ‘Lei do Audiovisual’ etc.

No caso de anexos independentes, normalmente eles possuem um título próprio que deverá ser utilizado como nome alternativo. Por exemplo, o anexo ao Decreto nº 85.080 de 18 de agosto de 1980 veicula o “Tratado de Cooperação Amazônica” firmado por vários países da América do Sul.

## **6.6. Nomes relacionados**

A referência à publicação oficial dos documentos, seja em periódicos em papel ou em meio eletrônico, é importante pois se trata da fonte oficial da informação jurídica e legislativa. Por isso, é importante sempre que possível relacionar o nome uniforme do documento oficial com o nome uniforme da publicação oficial.

# **7. Elemento <autoridade>**

## **7.1. Indicação da autoridade**

O elemento <autoridade> do nome uniforme indica, de acordo com o caso:

- o a efetiva autoridade emissora da norma, isto é, aquela que realmente adotou ou emanou o ato;

- a instituição por meio da qual o ato é registrado, conhecido e referenciado, ainda que emitido ou de alguma forma produzido por outros sujeitos: é o caso, por exemplo, das proposições (ou propostas, projetos) de leis que são identificadas com a Casa Legislativa na qual são apresentadas ao invés dos seus autores e subscritores (parlamentares, poder executivo, etc.);
- a instituição regulamentada (e indicada nas referências) pela norma, ainda que emitidas por outra autoridade: é o caso, por exemplo, do estatuto de um ente. Nesta hipótese o nome uniforme será um alias do ato de adoção ou emanção.

## 7.2. Pluralidade dos sujeitos

Alguns atos têm diversas autoridades emitentes, quando emanadas por uma pluralidade de sujeitos (ex.: decretos interministeriais, acordos, etc.). Neste caso, no elemento <autoridade> são representados, adequadamente separados, todos os sujeitos envolvidos, segundo a forma:

`<autoridade> ::= <sujeito> *["," <sujeito>]`

(ex.: "ministerio.justica,ministerio.fazenda").

Cabe destacar que, no caso de diversas autoridades emitentes, apesar de ser recomendável relacioná-las na mesma seqüência que aparecem no documento, a ordem não é significativa para a unicidade do nome uniforme

(ex.: "ministerio.justica,ministerio.fazenda" e "ministerio.fazenda,ministerio.justica" identificam, considerando-se a paridade dos outros elementos, o mesmo ato).

## 7.3. Modalidade de indicação do sujeito

Cada autoridade emissora (aquela que produz o ato) ou referenciada (aquela que é regulamentada pelo ato) consiste essencialmente em um cargo institucional (ex.: Presidente da República) ou em uma instituição (ex.: Presidência da República). Quando for necessária, para uma identificação precisa da norma, a indicação de um órgão no interior da instituição, esta é efetuada segundo a ordem hierárquica do geral para o particular, partindo da instituição, seguindo os vários níveis da estrutura (Secretaria, Departamento, etc.) e terminando com o cargo relativo (Presidente, Diretor, Secretário, etc.). Portanto, a estrutura do sujeito emitente fica sendo:

`<sujeito> ::= (<instituicao> *[";" <orgao>] [;" <funcao>]) | <cargo>`

(ex.: "ministerio.fazenda;secretaria.receita.federal;secretario")

## 7.4. Indicação do órgão

Em alguns tipos de norma, mesmo o órgão interno da autoridade emitente sendo univocamente determinado (ex.: Secretário da SRF), geralmente este não é indicado nas referências.

Nesses casos, em analogia ao que é adotado na prática, a indicação da autoridade emitente é limitada ao mínimo indispensável em função do tipo do ato.

(ex.: "ministerio.fazenda;secretaria.receita.federal:instrucao.normativa" e não "ministerio.fazenda;secretaria.receita.federal;secretario:instrucao. normativa")

### **7.5. Indicação da função**

Em linhas gerais o componente <funcao>:

- o é indicado, às vezes no lugar do próprio órgão, quando se trata de um cargo do tipo "político", representativo ou eletivo, ou caso seja natural ao tipo de ato

(ex.: "universidade.brasilia;reitor:oficio"

e não "universidade.brasilia;reitoria:oficio");

- o é indicado quando se trata de uma figura maior da instituição (ex.: diretor geral, secretário geral, diretor administrativo, etc.), à qual nem sempre é possível associar uma estrutura interna específica

(ex.: "ministerio.justica;departamento.policia.federal;diretor.geral");

- o não é indicado quando corresponde à responsabilidade de uma estrutura (tipicamente preenchida por um funcionário ou por um dirigente); nesse caso se indica apenas a estrutura e não o dirigente

(ex.: "ministerio.justica;departamento.administracao.penitenciaria"

e não "ministerio.justica;departamento.administracao.penitenciaria;chefe").

Por outro lado, a função deverá ser indicada quando:

- o não coincide com a direção ou responsabilidade da estrutura (ex.: subsecretário, vice-diretor, etc.);
- o o tipo de ato possa ser de origem tanto monocrática quanto colegiada: em tal caso a indicação do cargo serve para eliminar a ambiguidade.

### **7.6. Convenções para a autoridade**

As leis e os atos com força de lei do período republicano têm a autoridade indicada convencionalmente apenas com os termos "federal", "estadual" ou "municipal", dependendo da esfera pública.

(ex.: "urn:lex:br:federal:lei"

e não "urn:lex:br:congresso.nacional:lei",

"urn:lex:br;sao.paulo;campinas:municipal:lei"

e não "urn:lex:br;sao.paulo;campinas:camara.municipal:lei")

## **8. Elemento <tipo-documento>**

### 8.1. Critérios para a indicação do tipo do documento

A indicação obrigatória da autoridade emitente nos nomes uniformes torna supérflua, na grande maioria dos casos, a qualificação adicional da norma (lei municipal, portaria ministerial, etc.) efetuada, mesmo se não sistematicamente, pelo menos na prática.

Quando a combinação autoridade-norma identifica claramente o documento em questão, o tipo de ato não é qualificado por meio de atributos que se refiram à autoridade emitente.

(ex.: "urn:lex:br;sao.paulo;ribeirao.preto:municipal:lei"

e não "urn:lex:br;sao.paulo;ribeirao.preto:municipal:lei.municipal")

### 8.2. Especificação adicional do tipo de norma

Para a identificação do ato no elemento <tipo-documento>, geralmente é suficiente a indicação da sua tipologia. Todavia, é bastante difundido na prática a referência a normas por meio de algumas especificações, como o assunto, a matéria, etc. (ex. regulamento de contabilidade) ou com apelidos de uso corrente que se relacionam ao promotor, ao assunto, etc. (ex.: Lei Camata, Lei das PPPs), sem indicação dos codificadores formais (data e número).

Nesses casos, o tipo de norma pode ser seguido pelas especificações, de modo a facilitar a identificação mesmo sem a presença dos descritores:

```
<tipo-documento> ::= ( <tipo-norma>
                        | <tipo-jurisprudencia>
                        | <tipo-projeto-norma>
                        | "publicacao.oficial") [ ; <tipo-sequenciador > ]
```

Os possíveis valores para <tipo-norma>, <tipo-jurisprudencia> e <tipo-projeto-norma> são definidos em vocabulários específicos e são comuns para todas as autoridades emitentes.

O elemento <tipo-sequenciador> identifica o subtipo do documento que foi utilizado na sequência de numeração no contexto dos sistemas de informação da autoridade emitente.

O tipo especial "publicacao.oficial" permite identificar um periódico oficial que publica os textos das normas, jurisprudência e projetos de norma.

### 8.3. Relações entre norma e autoridade nos alias

Os atos com diferentes referências normativas são geralmente introduzidos no ordenamento com um ato de adoção ou emanção, no qual são incorporados ou ao qual são anexados. Se faz assim necessária a definição de um alias para os dois aspectos do mesmo documento. Em particular se podem distinguir os atos:

- o adotados/emanados por autoridade diversa daquela regulamentada (ex.: estatuto de um Ente); nesse caso a correlação é estabelecida entre dois nomes uniformes que têm elementos <autoridade> completamente diferentes

(ex.: "ordem.advogados.brasil:estatuto" e "ministerio.justica:decreto");

- o emitidos, com base na autonomia ou delegação recebida, pela própria instituição (ex.: para o funcionamento do próprio Órgão); nesse caso têm a primeira parte da autoridade em comum

(ex.: "senado.federal:codigo.disciplinar" e "senado.federal;mesa.diretora:ato");

- o emitidos pelo próprio Ente para regulamentar uma área específica de sua própria competência; nesse caso o elemento <autoridade> é coincidente

(ex. "ministerio.justica:regulamento;uso.instrumentos.informaticos.processo" e "ministerio.justica:decreto").

## 9. Elemento <descriptor>

### 9.1. Indicação do descritor

A codificação do descritor do ato geralmente se constitui pela data de assinatura e pelo seu número de identificação (seqüencial, número de protocolo, etc.). No caso de componentes adicionais do ato, como por exemplo anexos, adiciona-se os descritores destes componentes.

No que se refere à data, se deve observar que algumas normas apresentam datas múltiplas. Em relação ao número, este pode não existir de fato (ex.: atos não numerados) ou ainda ser múltiplo (ex.: atos unificados). Por essas razões prevê-se que os elementos de codificação possam ter valores múltiplos. Nestes casos, utiliza-se o conectivo “,” para delimitar cada valor.

Na prática os codificadores não são representados de modo uniforme e são adotadas seqüências opostas às da citação (data-número). De acordo com a estrutura global do nome uniforme, do geral ao particular, define-se como formato de indicação a seqüência data-numero, na forma:

```
<descriptor> ::= <datas> ";"
                ( <identificadores> | <apelido-documento> )
                *[";" <id-componente> [";" <titulo-componente> ] ]
```

(ex.: "2000-12-06;126",

"14.legislatura;2544",

"br:federal:lei:2002-07-24;9358",

"br:federal:lei:2002-07-24;estatuto.idoso",

"br:federal:lei:1993-07-20;8685" e

"br:federal:lei:1993-07-20;lei.audiovisual" )



## 9.2. Atos não numerados

Os atos não numerados nos veículos de publicação têm uma referência não unívoca, já que podem existir diversos atos do mesmo tipo, emitidos no mesmo dia pela mesma autoridade.

Posto que um nome uniforme deve identificar univocamente cada um deles, o campo <numeros> deve, de algum modo, conter um elemento discriminante, que pode ser um identificador qualquer utilizado internamente no Órgão (ex.: número do protocolo), mesmo que não tenha sido publicado.

Na hipótese da autoridade não utilizar nenhum identificador interno, deve ser criado um aditivo distintivo, para uso pelo sistema de nomes; para torná-lo claramente distinguível, tal numero é precedido pela string "lex-":

```
<numero-lex> ::= "lex-" 1*<numeral>
```

(ex. "ministerio.fazenda:decreto:1999-12-20;lex-3")

A atribuição de tal distintivo é de responsabilidade da autoridade emitente do documento; no caso de autoridades múltiplas, espera-se que apenas uma delas proceda à atribuição do número, e que isso se dê ou por acordo entre os sujeitos ou pela instituição com o papel de maior relevância (ex.: proponente).

Como é vedada a inserção de duplicatas no catálogo de nomes uniformes, o número artificial, caso não possa ser deduzido (ex.: um numero progressivo que avança durante o dia), pode ser definido pelo administrador do próprio catálogo, e comunicado à autoridade emitente.

Os atos não numerados publicados em um veículo oficial de publicação (ex. Diário Oficial da União, etc.), são identificados, no lugar de um número progressivo, por um eventual identificador unívoco presente na impressão e relacionado ao documento (ex.: lex-06A01792"). Apesar de ter sido atribuído de forma artificial pelo órgão de publicação, tal identificador é preferível, já que tem a clara vantagem de ser de público domínio, e assim, mais facilmente localizável.

## 9.3. Identificadores

Alguns documentos (ex.: projetos de leis), são identificados por uma série de números (ex.: por reunificação de projetos de lei).

Nesse caso, se relacionam no campo <identificadores> todos os identificadores, de acordo com a estrutura:

```
<identificadores> ::= ( <numero-lex>
                        | <id-documento> *["," <id-documento>] )
```

(ex. "2000-06-12;c-10-97,c-11-97,c-12-97")

Os caracteres não permitidos (ex.: "/") ou reservados (ex.: ":") , incluindo a vírgula, não podem estar presentes no interior do <id-documento>, e portanto são convertidos em "-".

Tal conversão pode provocar a perda da unicidade do nome uniforme do ato (ex.: substitutivo 123-BIS e parecer 123/BIS do projeto de lei 123 são convertidos ambos em "123-bis"); nesse caso é necessário adicionar um sufixo distintivo (ex.: "123-bis-s" e "123-bis-p").

#### **9.4. Indicação do número de identificação do ato**

Para facilitar a construção automática do nome uniforme a partir das referências, o número de identificação do ato é representado exatamente (a menos das conversões necessárias de caracteres) na forma que foi atribuído pela autoridade emitente.

(ex.: um ofício com a numeração AIPA/CR/35 de 06/11/2001 teria como elemento <descriptor> do nome uniforme: "2001-11-06;aipa-cr-35").

De acordo com as regras de numeração adotadas pelo emanante, este pode aceitar a presença de informações redundantes (ex.: autoridade, ano de emissão, etc.) já presentes em outras partes do nome uniforme (na mesma forma ou em forma diversa).

Por outro lado, a eliminação automática de tais redundâncias a partir das citações que trazem o número de maneira completa (ex.: ofício AIPA/CR/35) não é uma operação confiável, já que existe uma variabilidade enorme nas regras de numeração adotadas por cada autoridade.

Tendo em conta que as referências podem ser efetuadas também em forma reduzida (ex.: ofício AIPA no. 35 de 2001), o que faz com que o nome uniforme construído também seja reduzido, no final do processo de resolução o número identificador é considerado como sendo formado por diversos componentes elementares, cada um deles delimitado por caracteres especiais.

#### **9.5. Esclarecimentos sobre os números de identificação do ato**

Na sintaxe dos nomes uniformes, o número singular (<id-documento>) do elemento <identificadores> é, no seu todo, uma string opaca que, combinada com os outros elementos, formam um identificador unívoco.

Na numeração, são relacionadas na mesma ordem todas as informações presentes no documento que caracterizam a sua identificação, mesmo que algumas (ex.: ano) já estejam contidas em outros elementos (ex.: data).

(ex.: Se o identificador de um ofício é 409/98, se utiliza a numeração completa "409-98" e não apenas 409, mesmo que o ano 1998 já seja um conteúdo da data).

Não existe nenhuma regra pela qual, no interior de uma numeração, os componentes devam ser representados em uma certa ordem (ex.: primeiro o número sequencial e depois o ano, ou vice-versa): assim, por exemplo, o n° 409/98 é reportado como "409-98", o n° 98/409 como "98-409". Os dois números "409-98" e "98-409" são ambos válidos e identificam, considerando a paridade dos outros elementos, dois documentos distintos.

Assim, utiliza-se exatamente a forma adotada pela autoridade emitente, (segundo a prática difundida no seu interior) para uma classe (ou período) de atos, eventualmente distinta de outras classes ou períodos (ex.: para os ofícios: número/ano; para os memorandos: ano/número).

É prevista ainda a presença de diversos números identificadores do documento; por princípio tais números seriam da mesma natureza, atribuídos assim com base em um registro comum (ex.: reunificação de propostas de lei, de casos, etc.) e, desse modo, congruentes entre si. Em tal hipótese, a ordem não tem relevância, mas é o conjunto dos números singulares que distingue o ato.

Se o documento tem diversos números, esses podem ser representados na mesma seqüência em que aparecem no documento: no esquema não é relevante a ordem na qual os números singulares são representados (crescente, decrescente, nenhuma) para a unicidade do nome uniforme (ex.: "135,409" e "409,135" são ambos válidos, e identificam, considerando-se a paridade dos outros elementos, o mesmo documento).

### **9.6. Identificador de componentes de um documento**

O elemento <id-componente> deve ser utilizado nos casos em que um documento é acompanhado de outros documentos, como por exemplo, na ocorrência de anexos. Este identificador é formado por um descritor curto seguido, sempre que possível, de um título ( <titulo-componente> ) pelo qual o anexo é conhecido.

(ex: decreto:1980-08-18;85080;anexo1, tratado.cooperacao.amazonica  
e não decreto:1980-08-18;85080;anexo1)

### **9.7. Anexos dependente funcionais e formais**

A presença de anexos de várias naturezas (anexos, tabelas, mapas, etc.) é muito freqüente nos documentos legislativos e jurídicos e não é raro o caso no qual esses assumem a forma de textos articulados (ex.: regulamentos). Apesar de quase sempre serem partes integrantes do documento normativo principal, os anexos podem ser referenciados (e mesmo sofrer modificações) de maneira independente do ato a que pertencem. Torna-se assim necessário identificar univocamente não apenas o documento principal, mas também cada um dos seus anexos.

Os anexos dependentes formais são subdivisões efetivamente previstas no documento principal com o objetivo de tornar o seu texto mais fluente e organizado; esses são claramente nominados ou facilmente identificáveis no ato (ex.: "Anexo A") e geralmente referenciados no mesmo texto (ex.: "no Anexo A encontra-se a lista ...").

Já os anexos dependentes funcionais são, ao contrário, partes integrantes do próprio documento principal, que têm, no entanto, uma forma de registro não-textual e que por isso, na representação eletrônica do documento, precisam ser forçosamente segregados de forma a constituir objetos separados. O documento completo será recomposto na fase de apresentação. Isso acontece regularmente na presença de objetos multimídia (ex.: mapas geográficos, imagens, fotografias, etc.), mas podem se

apresentar também com textos registrados em um formato eletrônico não textual (por ex.: a imagem obtida com um scanner da versão em língua estrangeira de um acordo internacional). É necessário indicar no elemento que trata da forma da expressão a natureza do conteúdo de acordo com o vocabulário controlado.

### **9.8. Identificação do anexo**

Ao anexo de qualquer natureza é sempre atribuído um nome uniforme distinto, independentemente do seu valor autônomo e da sua forma de registro (junto ou separado do documento principal). O seu nome uniforme é formado pelo nome uniforme do documento ao qual está vinculado e por uma desinência identificadora do próprio anexo.

Para os anexos dependentes formais, a desinência traz a denominação oficial do anexo e eventuais especificações adicionais (ex.: título), para facilitar a recuperação nos casos de falta do identificador.

(ex.: "urn:lex:br:ministerio.fazenda;secretaria.receita.federal:instrucao.normativa:2007-02-12;25;anexo.a;tabela.aliquota.imposto.renda.pessoa.fisica")

Para os anexos dependentes funcionais, na falta de uma denominação oficial, utilizam-se diretamente as informações que ajudam na sua identificação (ex.: legenda ou didascália):

(ex.: se no interior da instrução normativa anterior fosse representado um gráfico com a evolução da arrecadação, seria criado um anexo funcional com o nome uniforme "urn:lex:br:ministerio.fazenda;secretaria.receita.federal:instrucao.normativa:2007-02-12;25;grafico.evlucao.arrecadacao")

Os caracteres não admitidos (ex.: "/" ou reservados (ex.: ":") não podem estar presentes dentro do <id-anexo>, e portanto são convertidos em ".".

### **9.9. Anexos de anexos.**

Nos casos nos quais um anexo contenha um ou mais anexos, os identificadores correspondentes serão construídos adicionando-se ao identificador do anexo-pai os dos anexos vinculados.

(ex.: Supondo-se que o gráfico do exemplo anterior estivesse contido em um anexo específico da instrução normativa 25 que tratasse apenas da justificativa para a correção da tabela do IRPF, o nome uniforme para esse gráfico seria: "urn:lex:br:ministerio.fazenda;secretaria.receita.federal:instrucao.normativa :2007-02-12;25;anexo.b;justificativa.correcao;grafico.evlucao.arrecadacao").

### **9.10. Nome uniforme da publicação oficial**

A definição do nome uniforme da publicação oficial em que um documento foi publicado é formada utilizando-se as mesmas regras de formação apresentadas, conforme o exemplo abaixo:

(ex.: urn:lex:br:imprensa.nacional:publicacao.official:1997-07-17;diario.official.uniao;secao1 )

## 10. Elemento *<fragmento>*

A possibilidade de identificar univocamente um fragmento de um documento principal ou de seu anexo é importante pois permite estabelecer relacionamentos mais precisos, como nos casos dos relacionamentos entre dispositivos e normas. Por exemplo, é comum que a regulamentação de um dispositivo de uma lei seja realizada por um decreto. Ao invés de estabelecer relacionamentos entre normas, neste caso, deve-se estabelecer relacionamentos entre um dispositivo da lei e o decreto no todo.

O elemento *<fragmento>* deve ser utilizado apenas na identificação das partições internas de uma expressão, com por exemplo, no caso de uma norma jurídica, na identificação de artigos, agrupadores de artigo (títulos, capítulos, etc.) ou detalhamento do artigo (parágrafo, inciso, alínea). Os elementos de identificação das partições internas devem seguir as regras de nomenclatura previsto no XML Schema do Projeto LexML.

```
<fragmento> ::= <id-particao-expressao>
                *[ ( "," | "+" ) <id-particao-expressao> ]
<id-particao-expressao> ::= *<normal>
```

(ex.: "lex:br:federal:lei:2000-12-06;126:art5\_par2",  
"lex:br:federal:lei:1993-07-20;lei.audiovisual:tit1" )

### 10.1. Fragmento da publicação oficial

O elemento *<fragmento>* permite especificar, no caso da publicação oficial, a página inicial e, se necessário, a coluna onde o documento foi publicado.

(ex.: urn:lex:br:imprensa.nacional:publicacao.official:1997-07-17;diario.official.uniao;secao1:pagina15081\_coluna1 ).

## 11. Elemento *<versao>* e *<visao>*

### 11.1. As versões e visões de um texto

Podem existir diversas versões do texto de um documento, cada uma delas caracterizada pelo intervalo temporal no qual tal texto pode ser considerado referenciável. O período de validade de uma versão termina com o início da versão sucessiva. Em alguns casos, como na publicação de uma retificação, passam a existir duas visões de uma mesma versão do texto do documento: a visão antes e a visão após a retificação. Além da retificação, outros eventos, que serão detalhados a seguir, podem gerar novas visões para uma mesma versão.

O conceito de versão está ligado ao evento de entrada em vigor do texto no ordenamento jurídico (no caso de normas) ou de validade (no caso de projetos de

norma). O conceito de visão está ligado ao evento que gerou uma nova versão ou uma nova visão.

A data da versão é originada a partir da data do evento:

- de entrada em vigor de um novo ato normativo;
- de entrada em vigor das modificações realizadas por outros atos;
- de republicação por erro realizada após o *vacatio legis*.
- de publicação de uma iniciativa de projeto de norma;
- de consolidação de uma emenda ao projeto de norma;

A data da visão é originada a partir da data do evento:

- de publicação de um novo ato normativo ou projeto de norma;
- de publicação de correções devido a erros na publicação (retificações ou erratas);
- de publicação de decisão judicial com reflexo na norma jurídica;
- de entrada em vigor das modificações realizadas por outros atos normativos antes da entrada em vigor do ato alterado;
- de republicação por erro realizada antes do *vacatio legis*.
- de publicação da derrubada de veto parcial.
- (qualquer) que gere alguma variante do texto de uma versão.

## 11.2. Casos Especiais

Graças às modernas tecnologias de informação, a criação do texto atualizado de uma norma pode considerar uma ou mais datas de vigência, de acordo com os seguintes tipos:

- multivigente: quando, no interior de um único objeto (ex.: um arquivo XML), são adicionadas marcações adequadas para identificar as partes modificadas (inseridas, substituídas e suprimidas) e os relativos períodos de vigência. Um documento desse tipo é capaz, de maneira dinâmica, de se apresentar de formas distintas de acordo com a data de vigência desejada;
- monovigente: quando, por outro lado, para cada variação sofrida pelo texto a uma certa data, é criado um novo objeto distinto. Cada objeto é, portanto, caracterizado por um período próprio de validade ou vigência.

De forma análoga, em relação à visão, pode-se criar um texto que pode ser classificado como:

- multivisão: quando, no interior de um único objeto (ex: um arquivo XML), são adicionadas marcações adequadas para identificar as partes

retificadas e os relativos períodos de visão do texto publicado e das retificações. Um documento desse tipo é capaz, de maneira dinâmica, de se apresentar de formas distintas de acordo com a data de visão desejada;

- monovisão: quando, por outro lado, para cada publicação ou retificação sofrida do texto a uma certa data, é criado um novo objeto distinto.

### 11.3. Identificação da versão e da visão

Para identificar as diversas versões no tempo de um mesmo ato, o nome uniforme de cada versão é construído agregando-se uma desinência particular àquela do documento original, bem como uma outra desinência para indicar a visão.

Os elementos versão e visão são definidos conforme a seguir:

```
<versao> ::= <datas> [ ";" <localidade> ]
<visao>  ::= <datas> [ ";" <localidade> ]
```

onde:

- <versao> contém a data do evento que ocasiona a criação de uma nova versão. No caso do texto multiversão, pode-se especificar uma lista de datas de vigência separadas por “,” ou uma data final do período conectado pelo sinal “+”.
- <data-visao> reporta a data do evento que define uma visão do documento. No caso do texto multivisão, pode-se especificar uma lista de datas de visões separadas por “,” ou uma data final do período considerado conectado pelo sinal “+”.
- <localidade> indica a abrangência espacial da vigência. De acordo com o Art. 1º da Lei de Introdução ao Código Civil, quando inexistente cláusula especificando o início da vigência, considera-se 45 dias para o território nacional e três meses para os Estados estrangeiros. No primeiro caso, utiliza-se “brasil” e, no segundo, “estados.estrangeiros”.

Para exemplificar a relação entre os elementos visão e versão, vamos analisar como os eventos de publicação, alteração (neste exemplo estou considerando apenas as duas primeiras alterações desta norma) e retificação do Código de Defesa do Consumidor (Tabela 1) são tratados para codificar as URNs de cada versão/visão (Tabela 2).

Tabela 1. Eventos do ciclo de vida do CDC (Lei 8078/1990).

Evento	Nome do Evento	Versão	Visão
E1	Criação da norma com entrada em vigor em 11/03/1991 (180 dias da publicação)	Vigência* 11/03/1991	Assinatura 11/09/1990
E2	Publicação da norma	Vigência 11/03/1991	Publicação 12/09/1990

E3	Entrada em vigor da norma alteradora Lei 8656/1993 (publicada em 22/05/1993 com entrada em vigor na publicação)	Entrada em vigor da alteração. 22/05/1993	Publicação 22/05/1993
E4	Entrada em vigor da norma alteradora Lei 8703/1993 (publicada em 08/09/1993 com entrada em vigor na publicação)	Entrada em vigor da alteração. 08/09/1993	Publicação 08/09/1993
E5	Retificação do texto publicado (E2)	[ Todas as vigências desde evento E2]	Publicação 10/01/2007

Tabela 2. URNs do CDC (em ordem da ocorrência de eventos)

Ref	Tipo URN	Sufixo da URN (“urn:lex:br:” + [ sufixo da urn ] )
E1	Doc. Individual	federal:lei:1990-09-11;8078@1991-03-11!1990-09-11
E2	Doc. Individual	federal:lei:1990-09-11;8078@1991-03-11!1990-09-12
E2	Doc. Complexo	federal:lei:1990-09-11;8078
E3	Doc. Individual	federal:lei:1990-09-11;8078@1993-05-22!1993-05-22
E4	Doc. Individual	federal:lei:1990-09-11;8078@1993-09-08!1993-09-08
E5	Doc. Individual	federal:lei:1990-09-11;8078@1991-03-11!2007-01-10
E5	Doc. Individual	federal:lei:1990-09-11;8078@1993-05-22!2007-01-10
E5	Doc. Individual	federal:lei:1990-09-11;8078@1993-09-08!2007-01-10

#### 11.4. Identificação de documentos multiversão e multivisão

Para uma completa compatibilidade, cada atualização do texto ou da vigência de um documento multivigente implica, mesmo o objeto sendo único, a construção de um novo nome uniforme contendo o identificador da versão virtualmente gerada, de forma exatamente igual àquela de modalidade monovigente. Um metadado adequado cuidará de associar cada nome uniforme ao intervalo temporal no qual tal nome deva ser considerado válido junto ao texto correspondente.

Utilizando o exemplo do CDC, apresentado na seção anterior, um documento que aglutinasse todas as alterações e retificações relacionadas ao evento da Tabela 1, seria codificado com o seguinte sufixo para a urn “urn:lex:br:federal:”:

lei:1990-09-11;8078@1991-03-11+1993-09-08!1990-09-12+2007-01-10

(ex.: o documento multivigente contendo o "Decreto-Lei nº 12 de 30/1/1941", atualizado com as modificações introduzidas pelo "Decreto Legislativo nº 51 de 19/2/1998", possui o nome do original "federal:decreto.lei:1941-01-30;12" e aquele da versão atualizada "federal:decreto.lei:1941-01-30;12@1998-02-19").



## 12. Elemento <forma>

O elemento <forma> identifica a forma de expressão do recurso endereçado. Caso a forma seja a textual, deve-se informar o código da língua em que o texto está codificado. Nos casos de elementos não textuais, deve-se informar a natureza do recurso de acordo com o vocabulário de categoria de conteúdo do padrão RDA (Resource Description and Access) que possui valores tais como “imagem”, “audio”, “texto tátil”, etc..

```
<forma> ::= ( <tipo-forma>
    [ ";" <lang-code> ["-" <lang-script> ] ["-" <lang-region> ]
    *[ "," <lang-code> ["-" <lang-script> ] ["-" <lang-region> ] ]
)
<tipo-forma> ::= 1*<normal>
<lang-code>    ::= 1*<normal>
<lang-script>  ::= 1*<normal>
<lang-region> ::= 1*<normal>
(ex.: federal:lei:1992-05-11;8421@1992-05-12!1992-05-12~texto;pt-br
    federal:lei:1992-05-11;8421;anexo1;desenho.bandeira.nacional
    @1992-05-12!1992-05-12~imagem
)
```

No caso de um documento que possui seu conteúdo expresso em múltiplas línguas, deve-se especificar cada código separado por vírgulas.

(ex.: federal:lei:1992-05-11;8421@1992-05-12!1992-05-12~texto;pt-br,es)

## 13. Referências

### 13.1. Características das referências

As referências aos documentos jurídicos têm algumas características particulares:

- são frequentemente relativas a partições específicas do ato (artigo, inciso, etc.) e não ao documento inteiro;
- podem ser de natureza dinâmica, isto é, referindo-se de modo implícito sempre à última versão em vigor;
- podem ser estáticas, quando, ao contrário, referem-se a uma versão específica do documento.

Dado que o esquema define apenas as regras de atribuição de nomes uniformes a documentos inteiros, para representar adequadamente as características das referências existe um espaço de nomes mais amplo que aquele necessário à identificação dos atos.

Cabe destacar, dentre outros detalhes que, para manter atualizada uma referência dinâmica, o vínculo à última versão vigente pode ser efetuado apenas pelo processo de

resolução; em consequência, é necessário caracterizar uma única vez a natureza da remissão, sem ter que atualizar continuamente todos os links em todos os documentos.

### 13.2. Os namespaces base e estendido

São definidos dois espaços de nomes distintos:

- o espaço base, constituído pelo conjunto dos nomes uniformes que identificam os documentos;
- o espaço estendido, constituído pelo conjunto dos nomes uniformes utilizáveis nas referências.

Se evidenciam algumas relações existentes entre os dois espaços:

- o nome uniforme de um documento (isto é, o seu identificador unívoco) pertence apenas ao espaço base;
- o nome uniforme utilizado em uma referência pode pertencer tanto ao espaço base quanto ao espaço estendido;
- cada nome pertencente ao espaço estendido é ligado a um nome no interior do espaço base (aquele que identifica o documento) e não pode existir na ausência deste.

### 13.3. A estrutura dos nomes do espaço estendido

A estrutura dos nomes estendidos, utilizáveis apenas nas referências, é a seguinte:

```
<referencia> ::= <documento> [ "$" <propriedade> ]
```

onde:

- o elemento <documento> contém o nome uniforme do ato referenciado;
- o elemento <propriedade> descreve as características (ex.: data de vigência) que são demandadas do documento referenciado.

Pode-se observar que:

- o nome uniforme utilizado em uma referência pertence ao espaço estendido se são especificadas ou a partição ou alguma propriedade do documento referenciado;
- as propriedades também são transmitidas ao resolvidor, o qual pode responder exatamente com o documento solicitado (ex.: vigente ou eficaz a uma certa data).

O nome estendido pode ser assim adequadamente interpretado pelo resolvidor para fornecer a partição e/ou as propriedades requeridas do documento referenciado.

### 13.4. Remissões estáticas e dinâmicas

Por remissão dinâmica (ou formal, ou móvel) entende-se aquela efetuada à fonte normativa e portanto compreende as sucessivas modificações às quais será submetido o ato citado. Em outras palavras, uma referência dinâmica remete sempre à última versão do texto vigente do ato referenciado, independentemente da data na qual foi efetuada a remissão. Isso significa que, no momento no qual é efetuada a navegação ao documento referenciado, deveria ser visualizada a versão vigente naquele dia.

Por remissão estática (ou material) entende-se, ao contrário, aquela que faz referência a uma versão precisa do texto das disposições (por ex.: àquela em vigor no momento no qual a remissão foi efetuada) e que perdura independentemente de eventuais modificações posteriores.

As referências entre atos normativos pertencem geralmente à categoria das referências dinâmicas. Por outro lado, entram na categoria das referências estáticas a maior parte das remissões nas disposições de modificação de diversas naturezas (do texto, da eficácia, etc.) ou que são inseridas nos documentos de jurisprudência (relativos, em última análise, à data do fato ou da decisão).

À parte destes princípios de ordem geral, a avaliação do tipo de remissão requer, salvo casos de imediata evidência, a intervenção de um sujeito qualificado para a interpretação.

O processo de resolução deveria ter um comportamento distinto de acordo com o tipo de remissão. Assumindo que, na falta de informações adicionais, a remissão seja dinâmica (caso mais freqüente), o resolvidor deveria fornecer sempre, em primeira instância, o texto mais recente.

### **13.5. Indicação de propriedades do documento**

Com o espaço de nomes estendido é possível tratar adequadamente as remissões estáticas, por meio da indicação de características desejadas do documento referenciado. A sintaxe permite a referência de uma versão precisa do ato sem que seja necessário conhecer o seu identificador:

```
<propriedade> ::= ["vig=" <data>] | ["efi=" <data>]
```

As propriedades são indicadas:

- por uma sigla que descreve o tipo de propriedade: "vig=" para vigência, "efi=" para eficácia (outras propriedades poderão ser definidas no futuro); e
- pela data à qual tal propriedade deve se referir.

(ex.: uma referência à versão em vigor em 1/1/2003 do inciso III do artigo 2º da lei nº 9123 de 9 de julho 2000 contém o nome uniforme "urn:lex:br:federal:lei:2000-07-09;9123:art2-inc3\$vig=2003-01-01")

### **13.6. Indicação da versão nas referências**

Em completa analogia com a prática legislativa, uma referência dinâmica a um documento é efetuada utilizando-se o nome uniforme do ato original, isto é, sem nenhuma especificação de versão.

Um sistema de resolução deve assim estar em condições de tratar todos os anexos e as versões sucessivas associadas a um ato, fornecendo ao usuário a lista completa ou escolhendo diretamente dentre estas aquela mais apropriada. A estrutura hierárquica do esquema de atribuição dos nomes simplifica tais operações, realizáveis facilmente com o mascaramento dos componentes mais específicos (as desinências).

A indicação explícita de uma versão do documento referenciado (isto é, na forma: <documento>@<versao>) é, portanto, utilizada apenas nas remissões estáticas, para identificar uma versão bem precisa.

Nas remissões dinâmicas, na verdade, tais indicações perderiam o significado, já que o vínculo é sempre efetuado à versão mais recente.

Se a referência estática se dá à versão original do ato, o identificador da versão pode assumir o valor da data de publicação ou, por convenção, o valor fixo "versao.original".

(ex.: a remissão estática à versão original da lei nº 9112/2004 é efetuada mediante o nome uniforme "federal:lei:2004-05-03;9112@versao.original").

Se a referência estática se dá à versão mais recente do ato, o identificador da versão pode assumir, por convenção, o valor fixo "versao.atualizada".

(ex.: a remissão estática à versão atualizada da lei nº 9112/2004 é efetuada mediante o nome uniforme "federal:lei:2004-05-03;9112@versao.atualizada").

Nas remissões estáticas, a indicação explícita da versão pode ser substituída pela propriedade do ato (ex.: aquela vigente a uma certa data), característica mais fácil de ser conhecida que o identificador completo da versão correspondente.

## ***14. Procedimento para o registro dos nomes***

### **14.1. O Comitê central para a atribuição de nomes**

Deve ser identificado, ou propositadamente constituído, um Comitê central que tenha autoridade sobre a atribuição dos elementos primários dos nomes uniformes, associados respectivamente à autoridade emitente e ao tipo de ato ou norma, de acordo com as orientações indicadas no presente documento.

O Comitê tem a tarefa de uniformizar as formas de emprego dos elementos (ex.: para os municípios "lei" e não "lei.municipal"), de efetuar as eventuais normalizações e enfim de resolver eventuais homônimas, além de manter um registro das autoridades e dos tipos de atos e de comunicados aprovados.

O registro deve ser acessível na rede de modo a difundir o conhecimento dos nomes uniformes e a favorecer o seu uso correto nos outros documentos.

Com o tempo, pode ser criada uma cadeia de delegações a Comitês competentes sobre domínios sempre mais circunscritos (ex.: Entes locais).

#### **14.2. Atribuição dos nomes e inserção no registro**

O Comitê central atribui um primeiro núcleo de nomes uniformes de autoridades emitentes, de seus órgãos e documentos normativos, e efetua a inserção no registro on-line.

As autoridades emitentes não presentes no registro (ou não presentes no grau de detalhes necessário) requerem a atribuição do nome relativo à instituição e/ou aos seus órgãos e funções (e ainda dos eventuais tipos de atos não ainda registrados) ao Comitê central (ou àquele competente).

O Comitê, depois das verificações adequadas e de eventuais ajustes, comunica o nome aprovado e providencia a inserção no registro.

#### **14.3. Organização da base do registro**

Sem entrar em detalhes técnicos, o registro deve prever três seções principais, relativas respectivamente à jurisdição do ato, à autoridade emitente e ao tipo de ato.

Para cada uma das seções, as informações relativas são essencialmente aquelas da parte do nome uniforme registrado e do correspondente período de validade (data de início e de fim). Na prática, a nomenclatura das instituições pode variar com o tempo (ex.: Ministérios) e a indicação do período permite portanto aos operadores construir referências precisas. Também podem ocorrer mudanças nos mapas políticos (desmembramento de municípios e de unidades da federação, emancipação de vilas, etc.), e o armazenamento conjunto do período de validade permite o tratamento histórico desses fatos.

### **15. Agradecimentos**

Em primeiro lugar, agradecemos às nossas instituições e superiores por terem permitido a dedicação de parte de nossos esforços a este trabalho, mesmo não estando elencado dentre os projetos ou atividades prioritários.

Com similar entusiasmo, dedicamos agradecimento especial ao Professor PierLuigi Spinosa, não apenas pela autoria do documento original, mas também pela simpatia e pela receptividade com que acolheu a nós e às nossas propostas em nossos encontros na Itália, no Brasil e no mundo virtual.

Parte fundamental da motivação para a realização deste trabalho nós recebemos de todos aqueles aos quais apresentamos a idéia em palestras, seminários e reuniões, e que manifestaram interesse e entusiasmo na sua materialização.

Finalmente, gostaríamos de estender nossos agradecimentos às pessoas que estiveram envolvidas na construção da versão italiana deste documento. Para tanto, reproduzimos, traduzidos para o português, os agradecimentos da versão original:

“Agradecemos aos componentes dos Grupos de Trabalho "Identificação de recursos por meio de URNs", "DTD normativa" e "Metainformações" do projeto NIR e a todos aqueles que forneceram comentários e sugestões.

À redação deste documento deu uma contribuição significativa L. Serrotti.”

## **16. Dados de contato dos autores**

Fernando Ciciliati  
INTERLEGIS/Prodasen - Senado Federal  
e-mail: ciciliati@yahoo.com  
Telefone: +55 61 3717 1323

João Alberto de Oliveira Lima  
Prodasen - Senado Federal  
e-mail: joaolima@senado.gov.br  
Telefone: +55 61 3311 2254

PierLuigi Spinosa  
Istituto di Teoria e Tecniche dell'Informazione Giuridica (ITTIG)  
Consiglio Nazionale delle Ricerche (CNR)  
Via de' Barucci, 20  
50127 Firenze  
Italy  
Telefono: +39 55 43995  
e-mail: pierluigi.spinosa@ittig.cnr.it

## **17. Referências**

### **17.1. Bibliográficas**

- [1] R. Moats, K. R. Sollins, "URN Syntax", RFC 2141, May 1997.
- [2] T. Berners-Lee, R. Fielding, L. Masinter, "Uniform Resource Identifiers (URI): Generic Syntax", RFC 2396, August 1998.

## 18. Anexo A – Resumo da sintaxe dos nomes uniformes do espaço "lex-br"

```

*-----
* Estrutura geral de um nome uniforme (URN)
* NID = espaço de nomes (namespace)
* NSS = nome específico
*-----
* <URN> ::= "urn:" <NID> ":" <NSS>

*-----
* Estrutura de um nome uniforme (URN) do espaço "lex"
*-----
<URN> ::= "urn:" <NID> ":" <NSS-lex>
<NID> ::= "lex"

*-----
* Estrutura de um nome uniforme do espaço "lex" internacionalizado
*-----
<NSS> ::= <local> ":" <NSS-lex-local>

*-----
* Estrutura do elemento de internacionalização <local> para o Brasil
*-----
<local> ::= "br" [";" <unidade-federacao> [";" <municipio>]]
<unidade-federacao> ::= 1*<normal>
<municipio> ::= 1*<normal>

*-----
* Estrutura de um nome específico do "lex-br"
*-----
<NSS-lex-br> ::= <NSS-lex-br-DocComplexo>
                  | <NSS-lex-br-DocIndividual>
<NSS-lex-br-DocComplexo> ::= <documento>
<NSS-lex-br-DocIndividual> ::= <NSS-lex-br-DocComplexo>
"@<versao>" "!" <visao> "~" <forma>

*-----
* Estrutura do elemento <documento>
*-----
<documento> ::= <autoridade> ":" <tipo-documento>
                  ":" <descriptor> [ ":" <fragmento> ]

*-----
* Estrutura do elemento <autoridade>
*-----
<autoridade> ::= <sujeito> *["+" <sujeito>]
<sujeito> ::= (<instituicao> *[";" <orgao>] [";" <funcao>]) | <cargo>
<instituicao> ::= 1*<normal>

```

```

<orgao> ::= 1*<normal>
<funcao> ::= 1*<normal>
<cargo> ::= 1*<normal>

*-----
* Estrutura do elemento <tipo-documento>
*-----
<tipo-documento> ::= ( <tipo-projeto-norma> | <tipo-norma>
                        | <tipo-jurisprudencia> | "publicacao.official")
                        [ ; <subtipo-sequenciador> ]
<tipo-projeto-norma> ::= 1*<normal>
<tipo-norma> ::= 1*<normal>
<tipo-jurisprudencia> ::= 1*<normal>
<subtipo-sequenciador> ::= 1*<normal>

*-----
* Estrutura do elemento <descriptor>
*-----
<descriptor> ::= <datas> ";"
                ( <identificadores> | <apelido-documento> )
                *[";" <id-componente> ["," <titulo-componente> ]]
<identificadores> ::= ( <numero-lex> | <id-documento> *[";" <id-documento>] )
<numero-lex> ::= "lex-" 1*<numeral>
<id-documento> ::= 1*(<normal> | <outro>)
<apelido-documento> ::= 1*<normal>
<id-componente> ::= 1*<normal>
<titulo-componente> ::= 1*<normal>

*-----
* Estrutura do elemento <fragmento>
*-----
<fragmento> ::= <id-particao-expressao>
                *[";" <id-particao-expressao> ]
<id-particao-expressao> ::= 1*<normalid>

*-----
* Estrutura do elemento <versao> e <visao>
*-----
<versao> ::= <datas>
<visao> ::= <datas>

*-----
* Estrutura do elemento <forma>
*-----
<forma> ::= ( <tipo-forma>
                [ ";" <lang-code> ["-" <lang-script> ] ["-" <lang-region> ]
                *[";" <lang-code> ["-" <lang-script> ] ["-" <lang-region> ]]
                ]
            )
<tipo-forma> ::= 1*<normal>

```



```

<lang-code> ::= 1*<normal>
<lang-script> ::= 1*<normal>
<lang-region> ::= 1*<normal>

*-----
* Estrutura de uma referência por meio de nome uniforme
*-----
<referencia> ::= <documento>
                [ "@" ( <versao> | "versao.original" | "versao.atualizada" ) ]
                [ "!" <visao> ] [ "~" <forma> ]
                [ "$<propriedade> ]

*-----
* Estrutura do elemento <propriedade>
*-----
<propriedade> ::= [ "vig=" <data> ] | [ "efi=" <data> ]

*-----
* Estrutura do elemento <data>
*-----
<data> ::= <ano> "-" <mes> "-" <dia>
<ano> ::= 4<numeral>
<mes> ::= 2<numeral>
<dia> ::= 2<numeral>

*-----
* Estrutura do elemento <datas>
*-----
<datas> ::= <data> ( *["," <data>] | [ "+" <data> ] ) | <periodo>
<periodo> ::= 1*<normal>

*-----
* Caracteres admitidos
*-----
<admitidos-lex> ::= <normal> | <outro> | <reservado>
<normal> ::= <minuscule> | <numeral> | "."
<normalid> ::= <normal> | "_"
<minuscule> ::= "a" | "b" | "c" | "d" | "e" | "f" | "g" | "h" | "i" |
                "j" | "k" | "l" | "m" | "n" | "o" | "p" | "q" | "r" |
                "s" | "t" | "u" | "v" | "w" | "x" | "y" | "z"
<numeral> ::= "0" | "1" | "2" | "3" | "4" | "5" | "6" | "7" | "8" | "9"
<outro> ::= "(" | ")" | "=" | "-" | "_" | "'"
<reservado> ::= "#" | ":" | "@" | ";" | "," | "+" | "*" | "$" | "!"

```